



1º Simulado Preparatório para o Concurso da Polícia Civil do Paraná

Cargo: Escrivão

Informações

- ✓ Tempo de Prova: 05h
- ✓ Banca Organizadora: COPS/UEL
- ✓ Número de Questões: 60
- ✓ Modalidade: Múltipla-Escolha

Conteúdo / N° de Questões

- Língua Portuguesa – 15
- Informática – 05
- Raciocínio Lógico – 05
- Poder Executivo do Paraná – 05
- Noções de Direito Penal – 06
- Noções de Direito Processual Penal – 05
- Noções de Direito Constitucional – 06
- Noções de Direito Administrativo – 04
- Legislação Especial – 05
- Estatuto da Polícia Civil do Paraná – 04
- Redação

Importante

O simulado é feito com muita atenção e zelo para que ele seja fidedigno ao conteúdo normalmente exigido pela banca nos concursos anteriores.

Buscamos captar questões bem elaboradas que já foram aplicadas em concursos anteriores.

Quando o conteúdo foi pouco explorado em outras provas, realizamos nossas próprias questões com base na dificuldade e padrões da banca.

Curta nossa página no [Facebook](#) para manter-se sempre atualizado sobre novos simulados.

Este simulado está sendo disponibilizado de maneira gratuita!

Caso tenha dúvidas ou sugestões, queira fazer críticas ou até mesmo solicitar outros simulados, entre em contato conosco!

Motivação

Policiais Civis têm o prestígio da população. A profissão é muito bem quista e engrandece o indivíduo.

Entre as funções de um Escrivão de Polícia, estão a de: cumprir e fazer cumprir as ordens, despachos ou determinações emanadas do Delegado de Polícia Titular da Unidade Policial ou da que preside o procedimento investigatório; e dirigir e fiscalizar os trabalhos cartorários, da Corregedoria, Delegacias Especializadas, Distritos Policiais e demais Delegacias de Polícia.

A remuneração inicial do cargo, após Curso de Formação, será no valor de **R\$ 5.752,41** mais benefícios.



Bom Simulado!

Língua Portuguesa

Texto I (Questões 01 a 05)

A imagem é chocante. Ao ver um corpo estendido na linha férrea, o maquinista pisa no freio. Do lado de fora, o controlador de tráfego determina que ele siga viagem. O trem volta a se mover e passa lentamente sobre o cadáver. O caso aconteceu na última terça em Madureira, no subúrbio do Rio. Seria mais uma morte invisível se a cena não tivesse sido filmada por um passageiro com o celular. O homem atropelado era Adílio Cabral dos Santos, de 33 anos de idade. Batizado com nome de jogador, e negro como ele, driblava o desemprego como vendedor de doces. Os ambulantes atravessam a linha várias vezes ao dia para evitar a apreensão de balas, biscoitos e garrafas d'água. Em nota sobre o acidente, a concessionária Supervia condenou a vítima, ao lamentar “a perda de mais uma vida por invasão dos trilhos”. A empresa, que pertence ao grupo Odebrecht, citou o “horário de pico” para justificar o segundo atropelamento. “A paralisação da linha”, alegou, “criaria transtornos para toda a movimentação do horário”. “Diante do risco de se criar um problema maior e mais grave, com a retenção de diversos trens, o centro de controle operacional tomou a decisão, em caráter absolutamente excepcional, de autorizar a passagem do trem”, afirmou a Supervia. O secretário de transportes se disse indignado e prometeu punir a concessionária. Já tinha acontecido em 2010, quando fiscais foram filmados chicoteando passageiros. O teólogo Marco Bonelli disse ao jornal O Globo que o caso retrata uma “sociedade violenta, na qual o ser humano morre, mas o sistema de transporte não pode parar”. Ao mesmo tempo, achamos normal que o tráfego seja interrompido para a passagem de autoridades. Na música Construção, Chico Buarque conta a história de um operário que “morreu na contramão atrapalhando o tráfego”.

Adílio teve azar duas vezes. Foi atingido pelo trem e morreu no horário de pico.

(B. M. Franco)

01. Sobre as informações apresentadas no texto, assinale a alternativa correta.

- a) O texto, por ser opinativo, revela modos de pensar de um produtor de texto insatisfeito com as condutas sociais.
- b) O texto pretende justificar a atitude tomada pela concessionária, opinando a favor dela.
- c) O texto enumera alternativas para melhorar o tráfego ferroviário sem prejudicar os ambulantes.
- d) O texto é fictício, marcado por acontecimentos semelhantes aos da vida real para revelar as atitudes sociais.
- e) O texto argumenta a favor das classes menos favorecidas, que sofrem diariamente agressões no trânsito.

02. Acerca dos recursos linguísticos presentes no texto, considere as afirmativas a seguir.

- I. Em “Do lado de fora, o controlador de tráfego determina que ele siga viagem”, o termo sublinhado faz referência ao “controlador”.
- II. No início do texto, os termos “corpo” e “cadáver” são utilizados como sinônimos.
- III. Em “Batizado com nome de jogador, e negro como ele”, o termo sublinhado refere-se à palavra “jogador”.
- IV. O fragmento “e negro como ele” marca uma relação de comparação entre dois elementos do texto.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.

e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

03. Em relação ao fragmento “sociedade violenta, na qual o ser humano morre, mas o sistema de transporte não pode parar”, assinale a alternativa que apresenta, corretamente, a ideia expressa pelo termo “mas”.

- a) Causa.
- b) Conclusão.
- c) Oposição.
- d) Explicação.
- e) Finalidade.

04. Acerca do trecho final “Na música Construção, Chico Buarque conta a história de um operário que ‘morreu na contramão atrapalhando o tráfego’. Adílio teve azar duas vezes. Foi atingido pelo trem e morreu no horário de pico.”, considere as afirmativas a seguir.

- I. O trecho apresenta uma citação, marcada pelo uso de aspas.
- II. O trecho é marcado por traços de ironia.
- III. Adílio é comparado ao operário que morreu “atrapalhando o tráfego”.
- IV. Adílio é apresentado, no texto, como um herói.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

05. Sobre a expressão do texto “controlador de tráfego”, assinale a alternativa correta.

- a) O termo “tráfego” apresenta sentido de “comércio”.

b) A palavra tráfego está relacionada ao termo “trânsito”.

c) As palavras “tráfego” e “tráfico” não apresentam sentido semelhante no dicionário.

d) Os termos “tráfico” e “tráfego” são antônimos.

e) O termo “tráfego” está em desuso na língua portuguesa.

Texto II (Questão 06) – A charge a seguir trata da situação crítica a que está submetido o país em relação à dengue.



06. Essa charge

- a) compara a luta contra a dengue a uma situação de guerra.
- b) coloca em situação de oposição o homem e a sociedade.
- c) suaviza a gravidade da questão a partir do humor.
- d) dá características humanas ao mosquito.
- e) propõe que forças bélicas sejam usadas na prevenção da doença.

07. Em todas as frases a seguir foram sublinhados o adjetivo e o termo substantivo a que ele se refere e com que concorda; assinale a frase em que essa referência está indicada corretamente.

- a) “Ser marido é um trabalho de tempo integral.”

- b) “A cachaça de Minas é das mais saborosas do país.”
- c) “Os maridos das mulheres de que gostamos são sempre uns imbecis.”
- d) “É preciso realmente que um homem morra para que outros possam apurar o seu justo valor.”
- e) “Há quem esteja disposto a morrer para fazer com que morram os seus inimigos.”

08. Assinale a frase a seguir em que a concordância verbal com porcentagens está incorreta.

- a) 25,7% do total de calouros se matricularam.
- b) 30% da imprensa mostraram esse mesmo dado.
- c) 1,7% do jornal se ocuparam dessa notícia.
- d) 5,8% do público leitor comentou os dados fornecidos.
- e) 1,3% dos leitores se interessaram pela notícia.

Texto III (Questão 09) – Veja a charge a seguir, realizada por ocasião dos atentados terroristas de Paris contra um jornal humorístico.



09. Na frase do terrorista há uma figura de linguagem denominada

- a) metáfora.
- b) ironia.
- c) hipérbole.
- d) pleonasmo.

e) catacrese.

10. Todos os elementos discursivos – entidades, processos e atributos – aparecem ligados a outros termos através de elementos de relação (conjunções e preposições). A frase abaixo em que o elemento de relação sublinhado é de caráter obrigatório em função da regência de um termo anterior é:

- a) Viajavam sempre durante as férias.
- b) Apesar de tudo, as férias foram boas.
- c) Precisamos de mais férias durante o ano.
- d) Saímos quando chegaram as férias.
- e) Fomos para a Europa durante as férias.

11. Assinale a opção que indica a frase em que a locução sublinhada foi corretamente substituída.

- a) “Só conhece realmente uma pessoa quem a ama sem esperança.” / inesperadamente.
- b) “Não se pode deixar de esforçar-se, entregando-se ao destino; quem consegue obter óleo das sementes sem esforço?” / esforçadamente.
- c) “Não há alegria sem vinho.” / sobriamente.
- d) “A beleza, inclusive na arte, não pode ser examinada sem pudor.” / pudicamente.
- e) “Quando somos belas, ficamos ainda mais belas sem adornos.” / desnudas.

12. "Talvez somente após uma grande catástrofe que afligiria milhões e milhões de pessoas poder-se-ia contar com esta radical mudança". Assinale a opção que apresenta a circunstância expressa pelo advérbio no período apresentado:

- a) Intensidade
- b) Lugar
- c) Modo
- d) Afirmação
- e) Dúvida

13. frase que não apresenta ambiguidade é:

- a) O coordenador informou ao grupo que sua proposta não tinha sido aceita.
- b) A briga entre Pedro e Miguel foi séria, por isso lhe disse que era melhor não insistir na viagem.
- c) De presente de aniversário, a menina pediu muito ousada fantasia de fada.
- d) Ator e diretor se desentenderam, mas, posteriormente, o ator reconheceu suas próprias falhas.
- e) Maria assinou o projeto e o orçamento, cujo prazo de entrega estava se esgotando.

Texto IV (Questões 14 e 15)

Durante o século XIX, as moças viviam reclusas sob o poder dos pais até o momento de passar, ainda adolescentes, às mãos do marido. Aos olhos dos estrangeiros, elas se interessavam prematuramente pelo sexo oposto: “antes de cumprir dez anos, uma menina conhece perfeitamente bem o valor dos homens e o que é o flerte”, diria a inglesa May Frances em 1890. Não havia liberdade para escolher de acordo com o coração, e os arranjos promovidos pela família prevaleciam: “Minha filha, este é o teu futuro esposo”, sublinhava o missionário norte-americano Daniel Kidder, que, em 1837, via os pais entregarem as filhas aos amigos. Por muito tempo, o casamento foi um “negócio”, não só porque envolvia duas pessoas, mas porque se tratava de um mecanismo presidido pelos pais.

(Del Priore, Mary)

14. A autora descreve o casamento no século XIX como um “negócio”, chamando a atenção para

- a) os arranjos matrimoniais que privilegiavam os pretendentes estrangeiros.
- b) o modo como os estrangeiros davam preferência às moças mais novas.
- c) o fato de as moças se casarem antes mesmo de ter interesse pelo sexo oposto.

- d) os conflitos que ocorriam quando a mulher se casava sem ter afeto pelo marido.
- e) a falta de autonomia das moças quanto à escolha de seus maridos.

15. “antes de cumprir dez anos, uma menina conhece perfeitamente bem o valor dos homens e o que é o flerte”, diria a inglesa May Frances em 1890.

Essa passagem está corretamente reescrita com o emprego do discurso indireto em:

- a) A inglesa May Frances em 1890 diria: – Antes de cumprir dez anos, uma menina conhecerá perfeitamente bem o valor dos homens e o que é o flerte.
- b) A inglesa May Frances em 1890, diria que antes de cumprir dez anos, uma menina conheceu perfeitamente bem o valor dos homens e o que foi o flerte.
- c) A inglesa May Frances, em 1890, diria que, antes de cumprir dez anos, uma menina conhecia perfeitamente bem o valor dos homens e o que era o flerte.
- d) A inglesa May Frances, em 1890 diria: antes de cumprir dez anos uma menina conheceria perfeitamente bem o valor dos homens e o que seria o flerte.
- e) A inglesa May Frances, em 1890, diria que antes de cumprir dez anos, uma menina conhece perfeitamente bem o valor dos homens e o que é o flerte.

Informática

16. Para conhecer a finalidade de um comando no Linux, um Técnico precisará digitar um primeiro comando seguido do nome do comando que deseja conhecer. O primeiro comando que terá que utilizar, nesse caso, é o

- a) bash
- b) help
- c) man

- d) show
- e) ls

17. No BOffice Writer, ao recortar um texto de um documento, esse texto é movido para:

- a) a lixeira.
- b) o rodapé do documento.
- c) o cabeçalho do documento.
- d) a área de transferência.
- e) uma página em branco.

18. A fórmula do aplicativo BrOffice Calc com sintaxe correta é:

- a) =SOMA(C;1:5)
- b) =MÉDIA(C1:C5)
- c) =C1:C5-B1:B5
- d) =MÁXIMO{C1,C5}.
- e) =C(1-5).

19. A Intranet é uma rede de computadores que disponibiliza um conjunto de serviços análogo à Internet. Diferente da Internet, uma Intranet

- a) não usa o conjunto de protocolos TCP/IP, mas os protocolos OSI.
- b) é uma rede interna e exclusiva de uma organização.
- c) não pode ser conectada a outras redes, ou seja, fica restrita ao ambiente interno da empresa.
- d) não conecta equipamentos usando tecnologias Wi-Fi, pois não suporta protocolos wireless.
- e) acessa páginas de conteúdo disponíveis em servidor central usando o protocolo HTML.

20. É um programa que expande a capacidade do navegador de Internet em recursos específicos, permitindo, por exemplo, que se toque arquivos de som ou veja filmes em vídeo dentro de uma página de Internet. Com o uso desses programas, os navegadores tornam-se cada vez mais

interessantes e capazes de executar recursos cada vez mais elaborados. O programa descrito acima é um programa do tipo

- a) aplicativos.
- b) plugins.
- c) utilitários.
- d) Sharewares.
- e) Freewares.

Raciocínio Lógico

21. Helena entra em uma sorveteria que oferece sorvetes de 8 sabores diferentes. Helena deseja escolher uma casquinha com duas bolas de sorvete não necessariamente de sabores diferentes. A ordem em que as bolas forem colocadas na casquinha não fará a escolha de Helena ser diferente. O número de maneiras de Helena escolher sua casquinha é

- a) 64.
- b) 56.
- c) 36.
- d) 28.
- e) 16.

22. Dez pastas diferentes devem ser guardadas em duas caixas diferentes. Se a única regra é que cada uma das caixas contenha pelo menos uma pasta, então a quantidade de maneiras distintas como se pode guardar essas pastas nas caixas é

- a) 510.
- b) 1022.
- c) 126.
- d) 2048.
- e) 256.

23. Uma urna contém 10 bolas numeradas de 1 a 10. Três dessas bolas são sorteadas aleatoriamente. A probabilidade de o produto dos três números sorteados ser ímpar é

- a) 1/12.

- b) 1/10.
- c) 1/8.
- d) 1/4.
- e) 1/2.

24. De um argumento válido, sabe-se que suas premissas são:

I. Se a investigação é feita adequadamente e as provas são consistentes, então é certo que o réu será condenado.

II. O réu não foi condenado.

Dessa forma, uma conclusão para esse argumento está contida na alternativa:

- a) A investigação não foi feita adequadamente e as provas não foram consistentes.
- b) A investigação foi feita adequadamente ou as provas foram consistentes.
- c) A investigação não foi feita adequadamente, mas as provas foram consistentes.
- d) A investigação não foi feita adequadamente ou as provas não foram consistentes.
- e) A investigação foi feita adequadamente, mas as provas não foram consistentes.

25. Considere verdadeiras as afirmações:

- Daniel não bebe cerveja.
- Se André prefere doces, então Bernardo bebe água.
- Se Caio gosta de feijoada, então Daniel bebe cerveja.
- Bernardo bebe água ou Caio gosta de feijoada.

A partir dessas afirmações é possível concluir, corretamente, que

- a) Caio gosta de feijoada e Bernardo bebe água.
- b) André prefere doces e Daniel não bebe cerveja.
- c) Caio não gosta de feijoada ou André prefere doces.
- d) Caio não gosta de feijoada e Daniel bebe cerveja.

- e) Bernardo não bebe água ou André não prefere doces.

Estrutura do Aparelho Administrativo do Poder Executivo do Paraná

(Questão Inédita)

26. De acordo com a Lei Estadual nº 8.485/87, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Poder Executivo é exercido pelo Governador do Estado.
- b) Constitui responsabilidade fundamental dos ocupantes de chefias na administração direta, em todos os níveis, promover o desenvolvimento funcional dos respectivos subordinados e a sua integração com os objetivos do Governo do Estado.
- c) A administração pública estadual compreende uma dimensão jurídica expressa no relacionamento harmônico dos três Poderes, e uma dimensão funcional, correspondente à necessária integração do Estado com o Governo Federal e os Municípios.
- d) O resultado das ações empreendidas pelo Poder Executivo deve propiciar o aprimoramento das condições sociais e econômicas da população estadual nos seus diferentes segmentos e a perfeita integração do Estado ao esforço de desenvolvimento nacional.
- e) As metas e objetivos do Poder Executivo compreendem três campos associados, que assim se especificam: campo social, campo econômico e campo organizacional.

27. Assinale a alternativa que não representa um princípio previsto, de forma expressa, no caput do artigo 27 da Constituição do Estado do Paraná.

- a) Economicidade.
- b) Motivação.
- c) Eficiência.
- d) Competitividade.
- e) Razoabilidade.

(Questão Inédita)

28. Sobre a Constituição do Estado do Paraná, julgue os seguintes itens:

I. os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

II. o prazo de validade do concurso público será de até 3 (três) anos, prorrogável, uma vez, por igual período;

III. a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

Quais afirmações estão corretas?

- a) II e III, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, apenas.
- e) I, II e III.

(Questão Inédita)

29. Art. 34, VII, CF Paraná: “São direitos dos servidores públicos, entre outros: duração da jornada normal de trabalho não superior a _____ horas diárias e _____ horas semanais facultada a compensação de horário e redução de jornada, nos termos da lei”. Qual alternativa completa adequadamente a lacuna anterior?

- a) 06 (seis) / 40 (quarenta)
- b) 08 (oito) / 40 (quarenta)
- c) 06 (seis) / 36 (trinta e seis)
- d) 08 (oito) / 44 (quarenta e quatro)
- e) 08 (oito) / 72 (setenta e duas)

30. Qual dos direitos apresentados a seguir não é assegurado pela Constituição do Estado do Paraná aos servidores públicos?

- a) Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei.
- b) Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- c) Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
- d) Aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias.
- e) Assistência e previdência sociais extensivas aos dependentes e ao cônjuge.

Noções de Direito Penal

31. No que diz respeito ao concurso de pessoas e às expressas regras do CP (arts. 29 a 31),

- a) não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.
- b) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua punibilidade.
- c) aplica-se a mesma pena a todos os coautores, ainda que a participação seja de menor importância.
- d) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua voluntariedade.
- e) mesmo que o crime sequer seja tentado, o ajuste, a determinação ou a instigação e o auxílio sempre são puníveis.

32. Sobre o crime de furto, previsto no artigo 155 do Código Penal, tem-se o seguinte:

- a) A lei penal admite, em certas hipóteses, ação penal pública condicionada à representação para o crime de furto.
- b) O Superior Tribunal de Justiça admite a aplicação, no furto qualificado pelo concurso de agentes, da majorante do roubo.
- c) O Superior Tribunal de Justiça entende que a existência de sistema de vigilância realizado por

monitoramento eletrônico torna impossível a configuração do crime de furto.

d) A expressão “pequeno valor”, requisito para o reconhecimento do furto privilegiado, equivale, na jurisprudência, a “valor insignificante”.

e) A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça não admite o reconhecimento do privilégio nas hipóteses de furto qualificado.

33. De acordo com o Código Penal, há homicídio qualificado quando for cometido

a) por grupo de extermínio.

b) para assegurar a impunidade de outro crime.

c) estando o ofendido sob a imediata proteção da autoridade.

d) contra pessoa menor de quatorze ou maior de sessenta anos.

e) por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança.

34. Sobre os crimes contra a Administração Pública, comete o crime de

a) corrupção ativa aquele que exige, para si, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, mas em razão dela, vantagem indevida.

b) prevaricação aquele que, por indulgência, deixa de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo.

c) condescendência criminosa aquele que se opõe à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo.

d) denúncia caluniosa aquele que provoca a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime que sabe não ter ocorrido.

e) peculato aquele que se apropria de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, em proveito próprio ou alheio.

35. A imputabilidade é definida como

a) a capacidade mental, inerente ao ser humano, de, ao tempo da ação ou da omissão, entender o

caráter ilícito do fato e de determinar-se de acordo com esse entendimento.

b) a contrariedade entre o fato típico praticado por alguém e o ordenamento jurídico, capaz de lesionar ou expor a perigo de lesão bens jurídicos penalmente protegidos.

c) a reprovabilidade ou o juízo de censura que incide sobre a formação e a exteriorização da vontade do responsável pela conduta criminosa.

d) a obediência às formas e aos procedimentos exigidos na criação da lei penal e, principalmente, na elaboração de seu conteúdo normativo.

e) a necessidade de que a conduta reprovável se encaixe no modelo descrito na lei penal vigente no momento da ação ou da omissão.

36. De acordo com o que estabelece o Código Penal,

a) não há crime quando o agente pratica o fato no exercício regular de direito.

b) entende-se em legítima defesa quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar.

c) é possível a invocação do estado de necessidade mesmo para aquele que tinha o dever legal de enfrentar o perigo.

d) é plenamente possível a compensação de culpas quando ambos os agentes agiram com imprudência, negligência ou imperícia na prática do ilícito.

e) considera-se praticado o crime no momento do resultado, ainda que outro seja o momento da ação ou omissão.

Noções de Direito Processual Penal

37. Sobre o inquérito policial, tem-se o seguinte:

a) A representação, no caso de ação penal pública condicionada, pode ser apresentada por procurador.

b) Em regra, irregularidade em ato praticado no inquérito policial gera a nulidade do processo penal dele decorrente.

c) A representação do ofendido é irretratável depois de recebida a denúncia.

d) Da decisão que indefere o requerimento de abertura de inquérito policial formulado pelo ofendido cabe recurso ao Ministério Público.

e) Se o investigado estiver preso em flagrante, o extrapolamento do prazo de conclusão gera nulidade da investigação.

38. O inquérito policial deverá terminar no prazo de

a) 30 (trinta) dias, estando o indiciado preso em flagrante, ou preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão; ou no prazo de 60 (sessenta) dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

b) 10 (dez) dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão; ou no prazo de 30 (trinta) dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

c) 20 (vinte) dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que ocorreu o crime; ou no prazo de 40 (quarenta) dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

d) 10 (dez) dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que ocorreu o crime; ou no prazo de 40 (quarenta) dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

e) 20 (vinte) dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão; ou no

prazo de 40 (quarenta) dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

39. Em relação às espécies de ações penais, marque a alternativa CORRETA.

a) A ação pública incondicionada se diferencia da ação pública condicionada pelo fato de depender da interferência do ofendido, de seu representante legal ou da requisição do Ministro da Justiça que deverão manifestar sua vontade para que a ação seja proposta, diferentemente da ação pública condicionada.

b) No sistema penal brasileiro a ação civil pública condicionada é a regra, por isso, não tem previsão legal expressa.

c) A ação pública incondicionada é promovida pelo juiz ou pelo Ministério Público.

d) A ação pública condicionada é aquela que, embora continue sendo do Ministério Público a iniciativa para sua interposição, está condicionada à representação do ofendido ou requisição do Ministro da Justiça.

e) O particular e o Ministério Público têm legitimidade para propositura da ação penal privada propriamente dita, uma vez que toda ação é pública.

40. Analise as situações a seguir:

I. Zé praticou, na mesma data, um crime comum e um crime militar, sendo que a prova da primeira infração influi na prova da segunda. Apesar da conexão, haverá separação dos processos para julgamento.

II. Caio praticou crime doloso contra a vida em conexão com crime de competência da vara criminal estadual comum. Diante disso, prevalecerá a competência do júri.

III. Pedro e Paulo foram acusados de uma mesma infração penal, mas em ações penais diferentes. Haverá, entre as duas ações penais, relação de continência.

De acordo com as previsões do Código de Processo Penal sobre o tema competência, está correto o que se afirma em:

- a) somente I e II;
- b) somente I e III;
- c) somente II;
- d) somente II e III;
- e) I, II e III.

41. Acerca das provas no Direito Processual Penal, é CORRETO afirmar:

- a) que logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá, se possível e conveniente, dirigir-se ao local e apreender os instrumentos e todos os objetos que tiverem relação com o fato.
- b) São inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.
- c) A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, devendo o juiz ordenar, mesmo antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes.
- d) A prova da alegação incumbirá a quem a fizer. O juiz, porém, deverá, obrigatoriamente, determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.
- e) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova.

Noções de Direito Constitucional

42. A Constituição Federal assegura a liberdade de religião como direito individual fundamental,

- a) mas sujeita o exercício dos cultos religiosos à prévia autorização administrativa, salvo se praticados em locais abertos ao público.

b) mas não permite a prestação de assistência religiosa nas entidades militares de internação coletiva por razões de segurança.

c) mas não permite que seja invocada pelo indivíduo para que se exima de obrigação legal imposta a todos, não lhe garantindo a opção pelo cumprimento de obrigação alternativa em caso de recusa por motivo religioso.

d) mas exige prévia autorização administrativa para que seja exercida coletivamente em locais abertos ao público, para que não seja prejudicado o exercício de outras liberdades.

e) permitindo, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa em hospitais públicos.

43. Assinale a alternativa que, nos termos da Constituição Federal, apresenta apenas crimes inafiançáveis e imprescritíveis.

- a) Ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático; tortura.
- b) Hediondos; racismo.
- c) Terrorismo; tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- d) Tortura; tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- e) Racismo; ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

44. A respeito do que estabelece a Constituição Federal sobre a nacionalidade e os direitos políticos,

- a) não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- b) as idades mínimas para a elegibilidade relativa aos cargos de Presidente da República e Senador são, respectivamente, de 35 e 30 anos.
- c) entre os cargos privativos de brasileiro nato, estão o de Presidente da República, Senador, Ministro do Supremo Tribunal Federal e oficial da Forças Armadas.

- d) o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de 60 anos.
- e) a lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos na Constituição ou na Lei de Migração.

45. O Tribunal de Contas de determinado Estado, ao apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo, emitiu parecer pela sua rejeição. Apesar disso, as contas foram aprovadas pela Assembleia Legislativa. À luz da sistemática constitucional, esse proceder está:

- a) errado, pois o Tribunal de Contas sempre exerce competência decisória, não consultiva, devendo aprovar ou rejeitar as contas do Governador, com recurso ao Tribunal de Justiça;
- b) errado, pois o Tribunal de Contas somente exerce competência consultiva em relação aos demais gestores públicos, não quanto ao Governador do Estado;
- c) certo, pois o Tribunal de Contas, em qualquer caso, deve emitir parecer prévio, cabendo ao Poder Legislativo o julgamento das contas do Governador;
- d) certo, pois apesar de o Tribunal de Contas ter o dever de julgar as contas do Governador, a Assembleia Legislativa aceitou a delegação de competência;
- e) errado, pois o Tribunal de Contas deve julgar as contas do Governador do Estado, cabendo recurso para a Assembleia Legislativa.

46. O Presidente da República

- a) exerce a função de chefe de governo, mas não a de chefe de Estado.
- b) toma posse em sessão da Câmara dos Deputados, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição.
- c) tem competência para avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes.

- d) edita medidas provisórias, com força de lei.
- e) nomeia Ministros de Estado, após a escolha ser aprovada pelo Congresso Nacional.

47. Nos termos da Constituição Federal, às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem,

- a) ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
- b) com exclusividade, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
- c) ressalvada a competência da União, as atribuições estaduais de polícia judiciária e administrativa.
- d) com exclusividade, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais.
- e) ressalvada a competência da União, as atribuições estaduais de polícia judiciária e administrativa e a apuração de infrações penais.

Noções de Direito Administrativo

48. No que tange aos princípios da administração pública, marque a assertiva CORRETA.

- a) A boa-fé objetiva, dentro do direito administrativo, está ligada ao princípio da moralidade.
- b) Com fundamento no princípio da supremacia do interesse público, é defeso que cláusulas exorbitantes estejam presentes em contratos administrativos.
- c) A relação do particular com o princípio da legalidade é de subordinação.
- d) Por determinação do princípio da publicidade, todos os atos administrativos devem ser publicados no Diário Oficial.
- e) O princípio da proporcionalidade pode ser considerado como princípio ritualístico, destinado ao controle dos meios.

49. Os poderes administrativos são instrumentais, pois consistem em mecanismos de trabalho por meio dos quais os órgãos e as entidades administrativas executam suas tarefas e cumprem suas missões. São hipóteses, respectivamente, de emprego do poder regulamentar e do poder de polícia, quando o agente público municipal competente:

- a) indefere a implantação de determinado loteamento urbano requerido por particular, por não atender aos requisitos legais; e atua como segurança patrimonial para preservar certo bem público municipal;
- b) emite ato administrativo de demissão de servidor público municipal, após regular processo administrativo disciplinar; determina a servidor hierarquicamente inferior que desempenhe certa função na repartição onde está lotado;
- c) edita decreto contendo normas gerais que complementam lei ordinária municipal em determinada matéria; e procede à apreensão de produtos impróprios para consumo em mercado privado;
- d) delega para autoridade municipal hierarquicamente inferior a prática de certo ato administrativo; e aplica pena disciplinar a servidor público municipal, observado o devido processo legal;
- e) edita emenda à lei orgânica municipal com regras específicas sobre serviços de interesse local; e expede ordem de serviço disciplinando a divisão de atribuições de servidores lotados na Secretaria Municipal de Segurança Pública.

50. Sobre o abuso de poder, é correto afirmar que:

- a) para combatê-lo, não há medida judicial cabível, devendo o prejudicado recorrer à via administrativa.
- b) o abuso de poder só pode revestir a forma omissiva, não a comissiva.

c) o uso do poder é lícito, enquanto o abuso pode ser lícito ou ilícito, dependendo da finalidade.

d) a improbidade deve sempre ser considerada uma espécie de abuso de poder.

e) todo ato abusivo é nulo, por excesso ou desvio de poder.

51. Consideram-se entes da administração direta

- a) as entidades vinculadas ao ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade.
- b) as entidades da sociedade civil qualificadas como organização social.
- c) as autarquias.
- d) os serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos ministérios.
- e) as fundações públicas.

Legislação Especial

52. Acerca dos crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990 e suas alterações), pode-se afirmar que a:

- a) pena por crime hediondo será cumprida integralmente em regime fechado.
- b) prisão temporária por crimes hediondos terá o prazo de 10 (dez) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- c) progressão de regime, no caso dos condenados aos crimes hediondos, dar-se-á após o cumprimento de 3/5 (três quintos) da pena, se o apenado for primário, havendo vedação em caso de ser reincidente.
- d) progressão de regime, no caso dos condenados aos crimes hediondos, dar-se-á após o cumprimento de 2/5 (dois quintos) da pena, se o apenado for primário, e de 3/5 (três quintos), se reincidente.

e) prisão temporária por crimes hediondos terá o prazo de 20 (vinte) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

53. Os crimes resultantes de discriminação ou preconceito, constantes na Lei nº 7.716/1989, referem-se a raça, cor,

- a) etnia, convicção política ou procedência nacional.
- b) sexo, idade, capacidade física.
- c) etnia, religião ou opção sexual.
- d) etnia, religião ou procedência nacional.
- e) sexo, religião ou convicção política.

54. No que concerne ao crime de tortura, assinale a opção correta.

- a) O indivíduo que se omite ante a prática de tortura quando deveria evitá-la responde igualmente pela conduta realizada.
- b) A legislação especial brasileira concernente à tortura aplica-se somente aos crimes ocorridos em território nacional.
- c) No crime de tortura, a prática contra adolescente é causa de aumento de pena de um sexto até um terço.
- d) A condenação de funcionário público por esse crime gera a perda do cargo, desde que a sentença assim determine e que a pena aplicada seja superior a quatro anos.
- e) A submissão de pessoa presa a sofrimento físico ou mental por funcionário público que pratique atos não previstos em lei exige o dolo específico.

55. É correto afirmar a respeito do crime de disparo de arma de fogo, previsto na Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), que

- a) é inafiançável, de perigo abstrato e que não admite a suspensão condicional do processo.
- b) se trata de crime comum, de perigo abstrato e que não admite a suspensão condicional do processo.

c) se trata de crime próprio, afiançável e que admite a suspensão condicional do processo.

d) não admite a suspensão condicional do processo, é afiançável e trata-se de crime de mão-própria.

e) é inafiançável, de perigo concreto e que admite a suspensão condicional do processo.

56. Com base na Lei nº 8.069/1990, assinale a opção que apresenta medida passível de aplicação por autoridade competente tanto a criança quanto a adolescente que cometa ato infracional.

- a) prestação de serviços à comunidade
- b) internação em estabelecimento educacional
- c) requisição de tratamento psicológico
- d) inserção em regime de semiliberdade
- e) liberdade assistida

Estatuto da Polícia Civil do Paraná

57. Conforme o Estatuto da Polícia Civil do Paraná, poderá ser aplicada a pena de demissão, ocorrendo contumácia na prática de transgressões disciplinares de qualquer natureza, desde que o servidor policial civil tenha sido punido com pena de suspensão, por mais de duas vezes, no período de

- a) seis meses.
- b) dois anos.
- c) três anos.
- d) quatro anos.
- e) cinco anos.

58. De acordo com a Lei Complementar do Paraná nº 14/1992, o servidor policial civil poderá ser promovido, caso tenha efetivo exercício na respectiva classe, com o tempo mínimo de

- a) um ano.
- b) dois anos.
- c) três anos.
- d) quatro anos.

e) cinco anos.

(Questão Inédita)

59. O Estatuto da Polícia Civil do Paraná elenca diversas formas de Provimento, são elas, exceto:

- a) aproveitamento;
- b) nomeação;
- c) promoção;
- d) demissão;
- e) reversão.

(Questão Inédita)

60. Estágio probatório é o período de _____ de efetivo exercício no cargo, a contar da data do início deste, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação ou não do servidor policial no cargo efetivo para o qual foi nomeado. Qual alternativa completa corretamente a lacuna anterior?

- a) três anos;
- b) dois anos;
- c) 1 ano;
- d) 9 meses;
- e) 6 meses.

Proposta de Redação

“DESAFIOS PARA GARANTIR A VACINAÇÃO DOS BRASILEIROS”

Texto de Apoio I – Desde 2013, a cobertura de vacinação para doenças como caxumba, sarampo e rubéola vem caindo ano a ano em todo o país e ameaça criar bolsões de pessoas suscetíveis a doenças antigas, mas fatais. O desabastecimento de vacinas essenciais, municípios com menos recursos para gerir programas de imunização e pais que se recusam a vacinar seus filhos são alguns dos fatores que podem estar por trás da drástica queda nas taxas de vacinação do país.

Texto de Apoio II – O Ministério da Saúde informou, por meio de nota, que “tem atuado fortemente na disseminação de informações junto à sociedade alertando sobre os riscos de baixa coberturas”. Disse também que a queda nas coberturas vacinais, principalmente em crianças menores de cinco anos, acendeu uma luz vermelha no País e que elas são a principal preocupação da pasta neste momento. [...]

O Ministério disse que os recursos para vacinação passaram de R\$ 761,1 milhões, em 2010, para R\$ 4,5 bilhões em 2017. Para 2018, a previsão é de R\$ 4,7 bilhões. Afirmou também que aumentou em 60% o valor do recurso de campanha campanhas publicitárias de vacinação, passando de R\$ 33,6 milhões, em 2015, para R\$ 53,6 milhões em 2017. Até junho, foram investidos R\$ 31,9 milhões.

OBSERVAÇÕES:

1. Seu texto deve possuir no mínimo 15 e no máximo 25 linhas.
2. Aborde o tema sem se restringir a casos particulares ou específicos a uma determinada situação.
3. Formule uma opinião sobre o assunto e apresente argumentos que defendam seu ponto de vista.
4. O título é opcional.
5. Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva – Redação que:

- a) não desenvolver o tema proposto, ou seja, fugir ao tema proposto;
- b) não desenvolver o tema na tipologia textual exigida;
- c) apresentar desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
- d) redigir seu texto a lápis, ou a tinta em cor diferente de azul ou preta;
- e) entregar a redação em branco, ou desenvolvê-la com letra ilegível, com espaçamento excessivo entre letras, palavras, parágrafos e margens;
- f) apresentar identificação de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).

Folha – Redação

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Gabarito – 1º Simulado

01	A	16	C	31	A	46	D
02	E	17	D	32	A	47	A
03	C	18	B	33	B	48	A
04	D	19	B	34	E	49	C
05	C	20	B	35	A	50	E
06	A	21	C	36	A	51	D
07	E	22	B	37	A	52	D
08	C	23	A	38	B	53	D
09	B	24	D	39	D	54	C
10	C	25	C	40	E	55	B
11	C	26	E	41	B	56	C
12	E	27	D	42	E	57	E
13	D	28	C	43	E	58	B
14	E	29	B	44	A	59	D
15	C	30	D	45	C	60	A



SIMULADOSBR

ESTUDE COM A GENTE!